

ANDRÉIA DE LANA COSTA

**O COMPORTAMENTO DOS ALUNOS NA ESCOLA E SUA  
POSSÍVEL RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA  
PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS-BRASIL  
2015

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

C837c  
2015  
Costa, Andréia de Lana, 1982-  
O comportamento dos alunos na escola e sua possível  
relação com a violência doméstica na percepção dos  
profissionais de educação / Andréia de Lana Costa. – Viçosa,  
MG, 2015.  
xi, 44f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Karla Maria Damiano Teixeira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 41-44.

1. Violência familiar. 2. Crianças - Maus tratos. 3. Crianças  
e violência. 4. Jovens e violência. 5. Vítimas de violência  
familiar. 6. Educação. I. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Economia Doméstica. Programa de  
Pós-graduação em Economia Doméstica. II. Título.

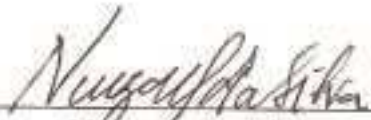
CDD 22. ed. 362.8292

ANDRÉIA DE LANA COSTA

**O COMPORTAMENTO DOS ALUNOS NA ESCOLA E SUA  
POSSÍVEL RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA  
PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 9 de dezembro de 2015.



Neúza Maria da Silva



Márcia Barroso Fontes



Karla Maria Damiano Teixeira  
(Orientadora)

*Tudo o que você pode fazer ou sonhar  
você alcançará, sendo assim, mão à obra.*

Goethe

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, perseverança e força para finalizar este trabalho, quando outros problemas me deixavam abatida e desanimada.

Em especial à minha mãe, pois é a pessoa que mais torce pelo meu sucesso. Mãe, eu te amo!

Ao meu pai, por tudo que representou e sempre representará em minha vida.

Ao Serginho, meu “namorado”, pela constante torcida, pela compreensão e, principalmente, pela ajuda com a Jujú. Amor, você é, realmente, a pessoa que faltava na minha vida! Te amo!

À minha irmã, Adriana, que sempre está comigo, confortando-me constantemente com suas palavras e atitudes.

Às minhas amigas Saraa Mol e Caroline Caputo, que me acompanharam e me deram força para continuar e concluir este trabalho.

À Escola Estadual Raul de Leoni, à Escola Professor Pedro Gomides Filho e à Escola Estadual Santa Rita de Cássia, especialmente às professoras, por viabilizarem esta pesquisa.

Uma dedicação e um agradecimento mais do que especial à minha “filhota”, Júlia, razão do meu viver, por ter me dado a alegria de ser mãe. Mamãe te ama muito!

Não poderia deixar de agradecer à minha querida orientadora, Karla Maria Damiano Teixeira, pela contribuição intelectual, pelo apoio, pelo estímulo e pela compreensão. Você participou verdadeiramente na conclusão desta pesquisa. Sem você, com certeza, não teria sido possível chegar ao final deste trabalho.

# SUMÁRIO

	<b>Página</b>
LISTA DE FIGURAS.....	v
LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES .....	vii
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	x
1 INTRODUÇÃO .....	1
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	5
2.1. O cenário da violência doméstica .....	5
2.2. Consequências da violência doméstica para as vítimas e seus filhos .....	9
3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO .....	12
3.1. Local do estudo .....	12
3.2 Forma de coleta e análise dos dados .....	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
4.1 Percepção dos educadores sobre os ambientes escolar e familiar dos alunos .....	20
4.2. O comportamento dos alunos na escola e sua possível relação com a violência doméstica na percepção dos profissionais de educação .....	23
4.3 Ações para enfrentamento das situações adversas pelos profissionais das escolas .....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	38
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	41
ANEXOS .....	45
Anexo A – Questionário .....	46
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	47

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Página</b>
Figura 1 – Foto panorâmica da Escola Estadual Raul de Leoni. ....	14
Figura 2 – Foto panorâmica da Escola Municipal Pedro Gomide Filho. ....	15
Figura 3 – Foto panorâmica da Escola Estadual Santa Rita de Cássia. ....	15

## LISTA DE TABELAS

	<b>Página</b>
Tabela 1 – Identificação dos participantes da pesquisa. Viçosa, 2014.....	17
Tabela 2 – Estrutura física das três escolas pesquisadas. Viçosa, 2014 .....	21
Tabela 3 – Atos citados pelos professores como reflexos da violência doméstica. Viçosa, 2014 .....	31

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado e Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
UFV	Universidade Federal de Viçosa

## RESUMO

COSTA, Andréia de Lana, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2015. **O comportamento dos alunos na escola e sua possível relação com a violência doméstica na percepção dos profissionais de educação.** Orientadora: Karla Maria Damiano Teixeira.

O índice de violência doméstica contra a mulher no Brasil é muito elevado, desencadeando vários trabalhos sobre o tema. No entanto, foram encontrados poucos estudos sobre as consequências para os filhos, crianças e adolescentes, expostos a fatores de vulnerabilidade como a violência doméstica intrafamiliar. As consequências da violência doméstica podem ser muito sérias, pois as crianças e os adolescentes podem aprender com cada situação que vivenciam, considerando que a família é o primeiro grupo social com que o filho tem contato. A violência doméstica é uma realidade que afeta toda estrutura familiar. Os alunos que testemunham esse tipo de violência podem apresentar sérios comportamentos negativos, como agressividade, medo intenso, baixa autoestima e desconfiança. Portanto, o objetivo principal deste estudo foi compreender e identificar as consequências desse tipo de violência na vida dos filhos de mulheres vítimas de violência doméstica e identificar qual seria o papel da escola diante dessa problemática, uma vez que ela é considerada um agente socializador. Esta é uma pesquisa descritiva e exploratória, que foi realizada à luz da abordagem qualitativa. Os dados foram coletados por meio de entrevistas fundamentadas em um roteiro semiestruturado. As entrevistas foram realizadas com dez professores, três diretoras e três supervisoras pedagógicas, funcionárias de três escolas públicas do município de Viçosa, Minas Gerais, próximas a bairros com baixo nível socioeconômico, instituições com um perfil condizente com a pesquisa proposta. O resultado das entrevistas permitiu explorar certos questionamentos, como: identificação dos tipos e das consequências das violências presenciadas pelos alunos no âmbito familiar e identificação do papel da escola nesse cenário. Os dados coletados foram avaliados utilizando-se a análise de conteúdo, segundo as etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados e interpretação. Os dados foram interpretados e analisados, buscando contextualizá-los por meio de uma revisão bibliográfica, a fim de responder à questão do estudo e atender aos objetivos propostos. Nessa perspectiva, podemos considerar que as tensões vividas nas escolas têm relação direta com as

experiências traumáticas vividas pelos alunos advindos de famílias desestruturadas e que os educadores, mesmo com poucos recursos, conseguem identificar os problemas que os alunos estão enfrentando e suas repercussões na vida acadêmica e social. Constatamos, portanto, que esses alunos aprendem com cada situação que testemunham e/ou vivenciam no ambiente familiar e passam a reproduzi-la no ambiente escolar. Não obstante, ficou evidenciada a importância do papel dos educadores na identificação e no enfrentamento da violência.

## ABSTRACT

COSTA, Andréia de Lana, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, December of 2015. **The student behavior at school and their possible relationship with domestic violence as perceived by education professionals.** Adviser: Karla Maria Damiano Teixeira.

The rate of domestic violence against women in Brazil is very high, triggering several papers on the subject. However, they found few studies on the consequences of violence for children; children and adolescents exposed the vulnerability of domestic factors such as domestic violence. The consequences of domestic violence can be very serious, since children and adolescents can learn from every situation you experience, considering that the family is the first social group to which the child has contact. Domestic violence is a reality that affects the entire family structure. Students who witness violence in the family can trigger entail serious negative behaviors, such as aggression, intense fear, low self-esteem and distrust and fear. Therefore, the present study has the main objective to understand and identify the consequences that this violence can cause to the lives of children of women victims of domestic violence, and to identify what would be the role of the school on this issue, since it is considered a socializing agent. This is a descriptive and exploratory research that was carried out in the light of a qualitative approach. Data were collected through interviews based on a semi-structured. Interviews were conducted with ten teachers, three directors and three pedagogical supervisors, employees of three public schools in the municipality of Viçosa, close to neighborhoods with low socioeconomic development low level, institutions with a profile consistent with the proposed research. The result of the interviews allowed us to explore certain questions, such as: identification of the types and consequences of violence witnessed by the students in the family and identify the role of schools in this scenario. Data collected was analyzed using content analysis, according to the stages: pre-analysis; exploration of the material; and processing the data and interpreting results. The data were interpreted and analyzed, seeking to contextualize them through a literature review in order to answer the question of the study and meet the proposed objectives. From this perspective, we can consider that the tensions experienced in schools are directly related to the traumatic experiences of the students coming from broken families and educators, even with limited resources, can identify problems that

students are facing and their impact on academic life and social. We note, therefore, that these students learn from each situation that witness and/or experience in the home environment and start to play them at school. However, the authors emphasize the importance of the role of educators in identifying and addressing violence.

# 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a temática sobre os reflexos da violência doméstica na vida e na aprendizagem dos filhos de mulheres vitimadas, que culminou na produção deste trabalho, surgiu no decorrer de minha experiência profissional como advogada na área de família, quando pude observar que a violência doméstica afeta não só as vítimas diretas de maus tratos, mas, também, os filhos que presenciam agressões no âmbito familiar.

A violência doméstica contra a mulher é uma questão histórica e resultante de uma cultura machista e discriminatória, presente nas sociedades e nas famílias em geral, sendo capaz de desencadear uma série de problemas tanto para as mulheres como para seus filhos que presenciam as agressões. Day *et al.* (2003, p. 10) conceituam a violência doméstica como sendo:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estejam exercendo as funções de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue.

Day *et al.* (2003) relatam que as violências mais acometidas no âmbito familiar são a física<sup>1</sup>, a sexual<sup>2</sup>, a psicológica<sup>3</sup> e a negligência<sup>4</sup> e que essas práticas abusivas transgridem os direitos das vítimas, afetando a vida de todos que vivem no ambiente violento.

Corroborando esse entendimento, o estudo realizado em 2012 pela Anamnese do Programa Casa das Mulheres em Viçosa, em parceria com a Defensoria Pública de Viçosa, demonstra que as violências mais acometidas são a psicológica, com 42,3%, e a física, com 38,2%.

---

<sup>1</sup> A violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas (DAY *et al.*, 2003).

<sup>2</sup> A violência sexual é toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de armas ou drogas (DAY *et al.*, 2003).

<sup>3</sup> A violência psicológica inclui toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa (DAY *et al.*, 2003).

<sup>4</sup> A negligência é a omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro, sobretudo àqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou alguma condição física, permanente ou temporária (DAY *et al.*, 2003).

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012) relatou que mais de um terço das mulheres de todo o mundo são vítimas de violência física e sexual, sendo os maridos ou os companheiros os principais agressores. Esses estudos demonstram que crianças que testemunham a violência sofrida por suas mães podem desenvolver uma série de distúrbios comportamentais e emocionais associados a essa violência.

Na visão de Weiss (2004), o ambiente familiar hostil e desequilibrado pode afetar seriamente a vida desses filhos, seja no desenvolvimento físico, mental, emocional ou na aprendizagem. Esses são problemas decorrentes da tristeza, angústia, insegurança e incerteza que acometem quem vivencia e/ou presencia a violência doméstica.

De acordo com Vecina e Ferrari (2002, p. 28), “a criança necessita de uma relação efetiva estável para ir, por intermédio dela, construindo sua identidade”, ou seja, necessita de uma família equilibrada e protetora para que seu processo de identificação<sup>5</sup> não seja conturbado. Segundo Araújo (1996), crianças e adolescentes que presenciam intensamente conflitos conjugais podem desencadear comportamentos reprodutores da violência experienciada, reproduzindo o comportamento agressivo ou negligente dos pais. Corroborando com essa ideia, Cardia (1997) pondera que crianças e adolescentes que vivem em um ambiente marcado por violência aprendem a usá-la como forma de vida e têm grande possibilidade de reproduzi-la na vida adulta.

Ristum (2010) pondera, ainda, que crianças que testemunham a violência dentro de casa ou que são agredidas pelos pais tendem a apresentar uma série de dificuldades na vida escolar, como dificuldade de concentração, de aprendizagem e de relacionamento com os colegas e professores.

O não aprender pode expressar uma dificuldade na relação da criança com sua família, ou seja, pode ser um sintoma de que algo não está adequado na dinâmica familiar, o que demonstra que a escola é um espaço ideal de revelação, identificação e notificação da violência sofrida por seus alunos (WEISS, 2004).

Em 2012, uma pesquisa realizada sobre a incidência de violência doméstica na cidade de Viçosa, pela Anamneses do Programa Casa das Mulheres e pela Defensoria Pública da Comarca de Viçosa, revelou que há maior número de notificações registradas

---

<sup>5</sup> O processo de identificação de uma criança refere-se ao processo de formação da sua personalidade, onde o ambiente familiar, inicialmente, é a sua única referência, ou seja, as atitudes dos pais, dos irmãos e dos parentes próximos podem interferir na formação da personalidade e nas ações futuras de uma criança.

nas regiões com poder aquisitivo mais baixo, como Santa Clara, Nova Viçosa, Amoras e Bom Jesus.

Na visão de Roque, Ferriani e Ubeda (2008), a incidência da violência doméstica pode ser maior nas classes mais pobres por causa do estresse provocado por precárias condições em que vivem, devido ao recebimento de baixos salários e ao desemprego ou subemprego. A autora pondera que, embora a pobreza não possa ser considerada determinante da violência, ela é responsável pelo processo cumulativo de fragilização social.

Diante desse contexto, o presente estudo teve como escopo analisar, a partir dos dados fornecidos pela Casa das Mulheres de Viçosa, como os filhos dessas mulheres podem ser afetados por essas agressões, ainda que não sejam vítimas diretas. Ristum (2014) ressalta que a escola, principalmente de ensino fundamental, tem condição de identificar e intervir nos casos de violência doméstica, pois os educadores compartilham um período de tempo maior com seus alunos, portanto são capazes de observar as possíveis alterações no comportamento deles.

Sendo assim, problematizou-se que os efeitos da violência doméstica são sentidos não apenas pela vítima direta, mas também, e de maneira não menos traumática, pela criança e pelo adolescente que a presenciam.

Para tanto, foram feitos os seguintes questionamentos: Quais as consequências da violência doméstica para as crianças e os adolescentes que vivem em um ambiente intrafamiliar violento? Qual é o papel da escola nesse cenário?

Para responder a esses questionamentos, este estudo teve por objetivo geral analisar a percepção dos professores de educação de escolas públicas sobre o impacto da violência doméstica na vida de crianças e adolescentes, filhos de mulheres vitimadas. Os objetivos específicos norteadores da pesquisa foram:

- a) analisar a percepção dos profissionais de educação sobre o ambiente familiar e escolar das crianças e dos adolescentes;
- b) analisar as formas de violência doméstica sofridas pelas mães dos estudantes, na percepção dos profissionais de educação;
- c) descrever e analisar as situações vivenciadas pelos profissionais de educação nas escolas públicas e que possam ser reflexos das situações de violência doméstica presenciada pelos estudantes; e
- d) investigar as ações dos profissionais para minimizar ou evitar situações de violência doméstica nas escolas públicas.

A condução deste estudo se faz importante para o melhor entendimento do fenômeno da violência doméstica e seus efeitos no comportamento e na vida acadêmica dos filhos e, também, para contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades das crianças e dos adolescentes que são vítimas indiretas da violência doméstica sofrida por suas mães. Além disso, vale esclarecer que não foram encontrados estudos dessa natureza no município de Viçosa, MG.

Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Os filhos das vítimas: análises do desenvolvimento socioemocional e dos padrões de comportamento de crianças e adolescentes que presenciam a violência doméstica interparietal”, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal Viçosa, em 2012.

A presente dissertação está organizada em quatro partes. Na primeira, contextualizou-se o problema da violência doméstica sofrida e vivenciada e apresentou-se a justificativa para o estudo. Na segunda, foram apresentados os procedimentos metodológicos; na terceira, estão os resultados e as discussões; e, na quarta, as conclusões do estudo.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

*O inimigo maduro a cada manhã se vai formando no espelho de onde deserta a mocidade.*

Carlos Drummond de Andrade

A fim de atender aos objetivos geral e específico deste estudo, a revisão de literatura está estruturada em dois tópicos: o cenário da violência doméstica; e as consequências da violência doméstica para as vítimas e seus filhos.

### 2.1. O cenário da violência doméstica

A violência doméstica é considerada um dos mais graves problemas da sociedade, tendo maior incidência em camadas menos favorecidas, envolvendo atos como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, agressões físicas e sexuais, ameaças e até mesmo a morte (CUNHA, 2008).

Com o decorrer do tempo, a preocupação com esse fenômeno e suas repercussões no âmbito familiar foi se modificando. Na década de 1950, a preocupação se pautava na forma desumana com que mulheres e crianças eram tratadas. Na década de 1970, por força dos movimentos feministas, a violência doméstica passou a ser denunciada e estudada como violência de gênero, permitindo compreender as desigualdades persistentes entre homens e mulheres. Apenas a partir da década de 1990 é que a violência doméstica passou a ser vista como um problema social, sendo alvo de estudos no âmbito da segurança, da justiça e da saúde pública (HANADA, 2007).

Segundo Silva (2004), a violência doméstica tem se transformado em uma forma cada vez mais brutal de violência contra a mulher, devendo ser ressaltado que as vítimas têm sofrido agressões cada vez mais severas, ocasionando mortes ou graves sequelas, o que pode ser observado nos estudos desenvolvidos no mundo inteiro. Estudos realizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012) revelam que a principal causa de lesões em mulheres entre 15 e 44 anos, no mundo, é a violência doméstica.

De acordo com estudos realizados pela Organização das Nações Unidas (2010), a taxa de violência doméstica contra as mulheres é maior na África, no Oriente Médio e

no Sudeste da Ásia, onde 37% das mulheres sofrem violência física ou sexual de um parceiro; em seguida vem a América Latina e a América do Sul, com uma taxa de 30%; depois a Europa e a Ásia, com 25%; e, por último, a América do Norte, com uma taxa de 23%.

No Brasil, de acordo com o levantamento apresentado pelo Mapa da Violência 2012, por meio de um estudo realizado com uma amostra de 2.502 mulheres de 15 anos ou mais, 43% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência praticada por seus companheiros. Dentre essas, foram citadas a violência física, sexual e psicológica, demonstrando que quase 70% das agressões eram registradas dentro da própria residência (WAISELFISZ, 2012).

Um estudo realizado pelo Instituto Sangari, em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO (2012), revelou que de 1980 a 2010 foram assassinadas cerca de 91 mil mulheres no Brasil, sendo 43,5 mil só na última década, demonstrando que nesses 30 anos o número de mortes passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6%. No entanto, de acordo com a pesquisa desenvolvida por Ribeiro (2002), *apud* Ferriani e Martins (2008), no Brasil há dificuldade de se conhecer a dimensão exata dos casos de violência doméstica, pois esse fenômeno ainda continua sendo um assunto privado e as vítimas, por medo ou vergonha, preferem não denunciar os agressores.

Como forma de prevenir e coibir a violência doméstica no Brasil, foi criada a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que passou a considerar a violência doméstica como um crime específico, conceituando-a conforme observado no artigo 5º, a seguir:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; e

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Diante desse contexto da Lei Maria da Penha, deve-se entender que o ato de violência não possui uma definição rígida, visto que existe interferência de fatores externos como a cultura de cada sociedade e os valores e princípios dos sujeitos envolvidos, portanto fatores como o momento histórico, a cultura, a relação e o contexto no qual tal comportamento ocorreu devem levados em consideração. Minayo (1994) ressalta que para conceituar violência doméstica é necessário fazer uma análise histórica da sociedade em que os indivíduos estejam inseridos, pois fatores sociais, morais, econômicos, psicológicos e institucionais podem interferir na conduta das pessoas. Além disso, ainda segundo a autora, a violência doméstica não faz parte da natureza humana, estando associada a problemas advindos da sociedade, como política, economia e moral. Por isso, para se compreender o fenômeno da violência doméstica, faz-se necessário fazer a análise das questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais em que os indivíduos estejam inseridos. Nessa perspectiva, a OMS (2002) relata que:

(...) não há um único fator que explique porque algumas pessoas se comportam de forma violenta em relação a outras, ou porque a violência ocorre mais em algumas comunidades do que em outras. A violência é o resultado da complexa interação de fatores individuais, de relacionamento, sociais, culturais e ambientais. Entender como esses fatores estão relacionados à violência é um dos passos importantes na abordagem de saúde pública para evitar a violência (OMS, 2002, p. 18).

Corroborando com essa ideia, Santana *et al.* (2008) considera que a violência doméstica pode ocorrer devido à interação de vários fatores, como desemprego, uso de drogas e bebidas, pobreza, delinquência, dentre outras, que podem desencadear comportamentos agressivos no ambiente familiar, afetando todos que ali vivem. É importante considerar que a violência não ocorre apenas nessa classe social. Porém, a exclusão gerada pela pobreza pode fragilizar alguns laços sociais, o que tende a dificultar o acesso a recursos ofertados pela sociedade, de acordo com os estudos de Roque, Ferriani e Ubeda (2008).

Em relação às características dos agressores, os pesquisadores consideram:

(...) ser homens; ter presenciado violência conjugal quando criança; ter sofrido abuso na infância; ser consumidor de bebidas alcoólicas e drogas e ter sintomas depressivos. Quanto aos fatores situacionais, tem-se: conflito conjugal, controle masculino da renda e da tomada de decisões na família. No que se refere aos fatores socioculturais, tem-se: pobreza, desemprego; associação a amigos delinquentes; aceitação

da violência como forma de solução de conflitos; conceito de masculinidade ligado à dominação, honra ou agressão e papéis rígidos para ambos os sexos (SANTANA *et al.* 2009, p. 5).

O legislador procurou abarcar, por meio da Lei Maria da Penha, algumas condutas causadoras de dano à integridade física ou psíquica a mulher (DIAS, 2006). Conforme o artigo 7º:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Segundo Andrade e Loreto (2008), a violência física, que deixa marcas visíveis no corpo, pode ser associada à violência psicológica, como gestos, palavras e atos que levam à ameaça e manipulação, apoiando-se em ambiente de medo, temor e de culpa, caracterizando-se como violência físico-psicológica ou violência físico-verbal.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o fenômeno da violência doméstica praticado contra as mulheres constitui uma das principais formas de violação dos direitos humanos previstos na Constituição Federal, sendo eles: direitos à vida, à saúde e à integridade física. O diploma legal para garantir esses direitos assegura “a

assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações” (CF, art. 226, parágrafo 8º).

Ristum (2014) retrata que:

(...) apesar dos avanços na legislação, a realidade é que a violência doméstica continua amplamente praticada. No Brasil, diversos estudos apontam que a violência se constitui a principal causa de morbidade e mortalidade entre crianças e adolescentes, sendo os pais ou responsáveis os principais perpetradores dessa violência (Marques & cols., 1994; Wesphal, 2002; Vagostello, Oliveira, Silva, Donofrio & Moreno, 2003. O estudo de Souza (2009) sobre violência doméstica fatal mostra que, muitas vezes, a morte foi a finalização de uma história de maus tratos, que poderia ter sido evitada caso os indícios tivessem sido percebidos ou considerados com seriedade que a gravidade do caso requer (RISTUM, 2014, p.15)

Vale ressaltar que a Lei Maria da Penha prevê políticas públicas integradas entre os órgãos responsáveis, como a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, e as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, com o objetivo de ajudar as mulheres, vítimas de violência doméstica, a reconstruírem suas vidas e a se recuperarem dos traumas sofridos (MEDRADO; MÉLLO, 2008).

Conforme se depreende da literatura sobre o assunto, há a necessidade de reforçar as ações previstas na Lei Maria da Penha, assim como a adoção de outras medidas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica. Isso porque o índice de violência doméstica é alto, devendo-se considerar ainda que, na maioria dos casos, as vítimas não denunciam por medo, insegurança, dependência econômica, por quererem preservar a família, ou por medo de desaprovação social (CÔRTEZ, 2012).

## **2.2. Consequências da violência doméstica para as vítimas e seus filhos**

As consequências da violência doméstica podem afetar tanto a saúde física e emocional das mulheres violentadas como a vida de seus filhos (DAY *et al.*, 2003). Pode-se dizer que cada uma das formas de violência repercute de modo diferente na vida dessas mulheres e de seus filhos.

Para as mulheres, a literatura traz como consequências da violência doméstica na esfera física: fraturas, cortes, hemorragias, dores de cabeça, dentre outras. Na esfera mental: insônia, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite e até o

aparecimento de sérios problemas mentais, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além de comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool e drogas, ou mesmo tentativas de suicídio (ADEODATO, 2005).

As consequências da violência doméstica também têm reflexo na vida das crianças e dos adolescentes que presenciam suas mães serem agredidas. Segundo Ristum (2010), adolescentes que testemunham a violência dentro de casa e/ou que são agredidos pelos pais tendem a ser agressivos e a ter os mesmos comportamentos antissociais fora de casa, principalmente na escola. Por essa razão, a escola possui ou deve possuir meios para modificar esse cenário violento.

Santos e Costa (2004) relatam que as crianças que vivem em ambiente familiar violento tendem a reproduzir as condutas agressivas como uma maneira de controlar as pessoas com quem convivem e para realizar seus próprios desejos. Conforme apontam Siqueira e Dell’Aglia (2007), os padrões aprendidos pelos filhos tendem a se repetir, uma vez que a violência passa a ser a principal forma de mediar as relações sociais e entre os membros dessas famílias. Mulheres que são tratadas com agressões, xingamentos e ameaças passam a agir com seus filhos da mesma forma, e estes passam a receber a punição física ou os castigos exagerados, acreditando ser merecedores desses atos, formando um círculo multigeracional na família.

Nessa conjuntura, Santos e Costa (2004) ressaltam que as crianças que vivem em ambiente violento reproduzem a violência na tentativa de controlar as pessoas com quem convivem e de realizar os seus próprios desejos. Deve ser ressaltado que cada uma das formas de violência pode repercutir de modo diferente na vida das mulheres violentadas, consideradas vítimas diretas, e dos seus filhos, considerados vítimas indiretas.

Segundo Justo (2006):

(...) as pessoas com as quais as crianças convivem são consideradas esteios da produção de subjetividades, da formação de vínculos psicossociais rígidos, estáveis e duradouros, responsáveis por sua educação e que a influenciará em sua conduta, nos valores e conhecimentos territorializados, visando à reprodução de estruturas sócio afetivas voltadas para a fixação do sujeito num dado modo de agir, de pensar e sentir (JUSTO, 2006, p. 38).

Alguns desses estudos demonstram que certas características individuais, como o desenvolvimento cognitivo e emocional, estão ligadas à realidade em que vivem os jovens, cabendo à escola, agente formador de cidadão, identificar os fatores de

vulnerabilidade, como a violência doméstica intrafamiliar a que os alunos estão expostos, e tentar reintegrá-los ao convívio social (NOGUEIRA, 2004).

O desempenho acadêmico dos alunos tem de ser analisado, levando em consideração o contexto social em que estão expostos, o que permite aos profissionais da escola identificar os reflexos da violência doméstica na vida de seus alunos (RISTUM, 2010). Conforme demonstrado por Rosas e Cionek (2006):

(...) as consequências da violência doméstica podem ser muito sérias, pois crianças e adolescentes aprendem com cada situação que vivenciam, seu psicológico é condicionado pelo social e o primeiro grupo social que a criança e adolescente tem contato é a família. O meio familiar ainda é considerado um espaço privilegiado para o desenvolvimento físico, mental e psicológico de seus membros um lugar “sagrado” e desprovido de conflitos. No entanto, para se chegar às raízes do problema da violência doméstica é necessário modificar esse mito de família, enquanto instituição intocável, para que os atos violentos ocorridos no contexto familiar não permaneçam no silêncio, mas sejam denunciados a autoridades competentes a fim de que se possam tomar providências (ROSAS; CIONEK, 2006, p. 10)

Desta forma, os profissionais que trabalham direta e/ou indiretamente com a violência doméstica, como psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e professores, devem estar atentos aos sinais que as vítimas possam dar, pois elas pedem “socorro” não só por meio de suas vozes, mas por meio da linguagem corporal, de ações e de comportamento que indicam que alguma coisa não está bem e que elas precisam de ajuda, e que quando a violência for identificada ela deve ser apurada e, se for o caso, denunciada às autoridades competentes (AZEVEDO; GUERRA, 2001).

### 3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

No capítulo anterior, foi feita uma revisão bibliográfica com o objetivo de compreender o contexto familiar em que as crianças e/ou os adolescentes, filhos de mulheres violentadas, estão inseridos. Neste momento, serão evidenciados os procedimentos metodológicos empregados para alcançar os objetivos propostos neste estudo, estruturando os tópicos da seguinte forma: local do estudo; população e amostra; e forma de coleta e análise dos dados.

#### 3.1. Local do estudo

Esta pesquisa, exploratório-descritiva, foi realizada no município de Viçosa, MG. A fim de selecionar os locais onde a ocorrência da violência doméstica era mais prevalente, buscou-se o banco de dados da Casa das Mulheres, do município de Viçosa, referente ao período compreendido entre 2009 e 2012<sup>6</sup>. Com esses dados, foi possível chegar aos bairros com maior índice de denúncias de violência doméstica contra as mulheres.

O Programa Casa das Mulheres é resultante de um conjunto de ações voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres na microrregião de Viçosa, MG, construído pelo Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Viçosa em 2009.

Em parceria com a Defensoria Pública do Município de Viçosa, o Programa Casa das Mulheres realizou um estudo sobre a incidência da violência doméstica no município. O documento foi construído com base nas informações obtidas da análise das 1.730 fichas de notificação de violência contra as mulheres produzidas entre março de 2009 e outubro de 2012, fornecidas pela defensoria pública, pela delegacia, pela Casa das Mulheres, pelos hospitais, pelas unidades de saúde da família, pela vigilância epidemiológica e pelo Centro Integrado Viva a Vida. Após analisados, esses dados foram inseridos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), informando sobre o perfil das mulheres em situação de violência e dos agressores e sobre as características da situação de violência.

---

<sup>6</sup> Este estudo foi realizado nesse período porque utilizou-se uma pesquisa realizada pelo Programa Casa das Mulheres de Viçosa, em parceria com a Delegacia e a Defensoria Pública de Viçosa. Na pesquisa foram utilizadas as fichas de notificação de violência doméstica contra as mulheres no período de março de 2009 e outubro de 2012.

Segundo esses dados, as mulheres violentadas eram relativamente jovens, tendo idade média de 34 anos, estando, portanto, em idade economicamente ativa. A maioria das mulheres possuía o ensino primário incompleto e era da raça negra. Com relação ao estado civil, 50% das mulheres eram casadas e 80% dos casos de violência ocorriam na própria residência, sendo o agressor o marido ou companheiro, em 50% dos casos.

Os documentos revelam que 94,1% dos agressores eram do sexo masculino, com idade variando entre 12 anos e 79 anos, sendo a idade média 35 anos, portanto eram relativamente jovens. Os dados revelam que a violência, na maioria das vezes, está associada ao consumo de bebidas alcoólicas, e que 23,1% dos agressores ingeriram bebida alcoólica e 9,8% utilizaram substâncias ilícitas. A maioria dos casos de violência foi reincidente.

As mulheres eram mais agredidas no final de semana (sábado e domingo), no período da tarde e da noite, em suas próprias residências. As violências físicas e psicológicas foram as mais denunciadas.

Em relação aos bairros onde as ocorrências aconteceram em maior número, foram selecionados: Nova Viçosa, Santo Antônio, Carlos Dias, Santa Clara, Vale Sol, Coelhas, Bom Jesus, Estrelas e Sagrada Família. A partir dessa seleção foram escolhidas três escolas que atendem os alunos moradores desses bairros para a realização da presente pesquisa, uma vez que é presumível concluir que se essas mulheres tinham filhos, eles eram estudantes das escolas públicas que atendem a essas regiões, tendo em vista que a maioria das mulheres pertencia à classe social baixa, uma vez que nas classes mais altas as pessoas “tendem” a não reportar a esse problema intrafamiliar.

A partir desses dados, foram selecionadas as seguintes escolas: Escola Estadual Raul de Leoni (denominada como Escola “A”), Escola Municipal Professor Pedro Gomide Filho (denominada como Escola “B”) e Escola Estadual Santa Rita de Cássia (denominada como Escola “C”). Essas escolas atendem crianças e adolescentes moradores dos locais citados, portanto eles podem ser filhos de mulheres vitimadas.

Essa escolha também foi orientada e baseada nos estudos realizados por Ferriani *et al.* (2008)<sup>7</sup>, que consideram a incidência da violência doméstica como sendo mais frequente nas classes menos favorecidas, em virtude do estresse provocado pelas precárias condições em que vivem, e ainda por considerarem que os indivíduos que

---

<sup>7</sup> FERRIANI, M. G. C.; MEDEIROS, M.; SILVA, M. A. I.; UBEDA, E. M. L. (Org.). *Debaixo do mesmo teto: análise sobre a violência doméstica*. RR: AB Editora, 2008. 302 p.

pertencem às classes mais pobres têm maior facilidade em expressar a violência do que aqueles que pertencem às classes sociais mais altas.

A Escola Estadual Raul de Leoni está localizada na Rua Mario Dutra, s/nº, Bairro Santo Antônio, em um lugar conhecido como “Cantinho do Céu”, no município de Viçosa, MG (Figura 1). Foi criada em 1962, e possuía 929 alunos em 2013. Essa escola oferece do ensino fundamental ao ensino médio no período da manhã (entre 7h15 e 11h15) e no da tarde (entre 12h15 e 16h55).



Figura 1 – Foto panorâmica da Escola Estadual Raul de Leoni.<sup>8</sup>

A Escola Professor Pedro Gomide Filho está localizada na Rua Nhanha Simonini, 160, 1, Bairro Santa Clara, no município de Viçosa, MG (Figura 2). Foi criada em 1997 e possuía 305 alunos em 2013. Oferece desde a pré-escola (atendendo crianças de 3 aos 4 anos) ao 5º ano do ensino fundamental, no período da manhã (entre 7h15 e 11h15) e no da tarde (entre 12h15 e 16h55).

A Escola Estadual Santa Rita de Cássia está localizada na Rua Eça de Queiroz, 119, Bairro de Fátima, no município de Viçosa, MG (Figura 3). Foi criada em 1964, e possuía 975 alunos em 2013, oferecendo desde o ensino fundamental ao ensino médio no período da manhã (entre 7h15 e 11h15), da tarde (entre 12h15 e 16h55) e da noite (entre 18h15 e 22h15).

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=imagem+escola+raul+de+leoni+viçosamg>>.



Figura 2 – Foto panorâmica da Escola Municipal Pedro Gomide Filho.<sup>9</sup>



Figura 3 – Foto panorâmica da Escola Estadual Santa Rita de Cássia.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=imagem+escola+raul+de+leoni+viçosa>>.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=imagem+escola+raul+de+leoni+viçosa>>.

Após decidido o local da pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica, com o intuito de conhecer a história, os conceitos, as diferentes abordagens e as causas e as consequências sobre o tema. Vale esclarecer que no decorrer do estudo percebeu-se que, apesar de ser polêmico e de existir vários estudos sobre a violência doméstica sofrida pela mulher, existem poucas pesquisas científicas sobre os seus reflexos nas crianças e nos adolescentes.

Assim, o foco deste estudo passou a ser as consequências que a violência doméstica pode causar na vida dos filhos de mulheres violentadas, fazendo sempre uma conexão com as relevantes pesquisas científicas que concentram seus estudos na violência doméstica exercida pelos maridos ou companheiros contra as mulheres e naquelas que trazem as consequências negativas para os filhos que testemunham as agressões, com o objetivo de compreender esse “universo” violento.

Nesse sentido, destacam-se os estudos desenvolvidos por Marilena Ristum, Maria Cecília Minayo, Ana Maria Villela Cavaliere, Maria Berenice Dias, Vivian Peres Day, dentre outros, que abordam a violência contra a mulher e seus reflexos.

### **3.2. Sujeitos de pesquisa**

O universo da pesquisa foi composto por dez professores, três diretoras e três coordenadoras pedagógicas, profissionais que trabalham diretamente na formação dos alunos, capazes de descrever os problemas e as dificuldades vivenciadas por eles. Para chegar a esse universo foi utilizado o ponto de saturação; quando eram identificadas as informações que estavam se repetindo concluía-se a pesquisa naquela instituição (Tabela 1).

Vale ressaltar que houve resistência de alguns participantes em contribuir para a realização das entrevistas. Inicialmente, percebeu-se um sentimento de insegurança, impotência e fragilidade para falarem sobre o tema, e principalmente limitações das escolas para trabalharem com aquele contexto em que estão inseridas. Alguns participantes se recusaram a dar entrevista, dizendo que não podia parar o que estavam fazendo para responder as perguntas e indagaram se poderiam levar o questionário para casa e entregar depois. Mas após uma conversa prévia, em que foi esclarecida a importância da participação delas como educadoras para a conclusão da pesquisa, a maioria não só contribuiu, como também utilizou as entrevistas para desabafarem.

Tabela 1 – Identificação dos participantes da pesquisa. Viçosa, 2014

Participantes	Sexo	Idade (Anos)	Tempo de Experiência (Anos)	Cargo na Escola	Escolas Pesquisadas
P1	Feminino	55	8	Diretora	Escola Estadual Raul de Leoni (Escola A)
P2	Feminino	32	2	Supervisora pedagógica	Escola Estadual Raul de Leoni (Escola A)
P3	Feminino	36	8	Professora	Escola Estadual Raul de Leoni (Escola A)
P4	Feminino	26	2	Professora	Escola Estadual Raul de Leoni (Escola A)
P5	Feminino	42	10	Professora	Escola Estadual Raul de Leoni (Escola A)
P6	Feminino	42	12	Professora	Escola Estadual Raul de Leoni (Escola A)
P7	Feminino	58	12	Diretora	Escola Municipal Professor Pedro Gomide Filho (Escola B)
P8	Feminino	39	06	Supervisora Pedagógica	Escola Municipal Professor Pedro Gomide Filho (Escola B)
P9	Feminino	25	4	Professora	Escola Municipal Professor Pedro Gomide Filho (Escola B)
P10	Feminino	52	14	Professora	Escola Municipal Pedro Gomide Filho (Escola B)
P11	Feminino	23	1	Professora	Escola Municipal Pedro Gomide Filho (Escola B)
P12	Feminino	60	18	Diretora	Escola Estadual Santa Rita de Cássia (Escola C)
P13	Feminino	47	8	Supervisora Pedagógica	Escola Estadual Santa Rita de Cássia (Escola C)
P14	Feminino	53	5	Professora	Escola Estadual Santa Rita de Cássia (Escola C)
P15	Feminino	34	10	Professora	Escola Estadual Santa Rita de Cássia (Escola C)
P16	Feminino	22	2	Professora	Escola Estadual Santa Rita de Cássia (Escola C)

Fonte: dados da pesquisa.

### 3.2 Forma de coleta e análise dos dados

Como procedimento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista fundamentada em um roteiro semiestruturado (Anexo A). Nesse tipo de entrevista, o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada,

permitindo explorar mais amplamente uma questão. Além de haver maior interação entre o pesquisador e o pesquisado, o roteiro semiestruturado permite, ainda, que o entrevistador observe, além das falas, os diversos comportamentos. As respostas são naturais, tendo o entrevistado liberdade para relatar os fatos, podendo, com isso, surgir questões inesperadas que poderão ser de grande relevância para a pesquisa (MICHEL, 2009).

As entrevistas ocorreram no período de agosto a dezembro de 2014, em horários previamente agendados nas escolas pesquisadas. Todas as entrevistas aconteceram nos horários de funcionamento das escolas, por isso, enquanto esperava os horários que as professoras poderiam se ausentar das salas de aulas, foi possível observar como os alunos se comportavam nos intervalos, recreios, etc., o que também contribuiu para a pesquisa. Com isso, foi possível identificar as formas de violência doméstica a que os alunos estavam expostos no âmbito familiar e identificar os reflexos, de cada uma delas, no comportamento dos alunos. Por fim, procurou-se identificar se as escolas possuíam estratégias de ação para reintegrar esses alunos no espaço escolar. Foi também realizada a observação durante o período de intervalo de aulas.

O perfil dos entrevistados foi identificado de acordo com as seguintes variáveis: sexo, formação, tempo de experiência e área de formação, cargo ocupado e tipo de ligação dos profissionais com os alunos.

As entrevistas foram conduzidas como uma conversa informal, propondo as questões de modo a permitir que os discursos emergissem o mais naturalmente possível. Mesmo com esses cuidados, no início das entrevistas foi possível perceber que alguns professores interpretaram esse momento como mais uma tarefa dentre as tantas solicitadas a eles pelas escolas. Outros manifestaram certa resistência ou preocupação com a utilização dos dados obtidos e também com a sua possível identificação.

Diante desse contexto, houve o cuidado de esclarecer que a pesquisa manteria o anonimato dos entrevistados e foi explicada a importância da colaboração de todos na elucidação das questões da pesquisa. Após os esclarecimentos, todas as entrevistas transcorreram tranquilamente, o que contribuiu para identificar quais são as formas de violência doméstica que os alunos presenciam no âmbito familiar e quais os reflexos, de cada uma delas, na vida desses alunos. A partir daí, passou a ser possível descrever e identificar os reflexos da violência doméstica presenciada na vida escolar dos alunos.

As entrevistas foram guiadas pelas questões de 1 a 11 (Anexo A). Deve ser ressaltado que nem sempre as questões foram abordadas na sequência apresentada; a pertinência da ordem dependeu da forma como transcorreu o discurso do entrevistado.

Os relatos foram gravados e, então, transcritos para posterior análise do conteúdo. Para fazer a transcrição das verbalizações, para efeito de seleção dos dados para análise, os assuntos que fugiram ao tema em questão foram desconsiderados. Os registros das gravações foram autorizados pelas entrevistadas antes da realização das entrevistas. O termo de consentimento livre e esclarecido encontra-se no Anexo B.

Feita a coleta de dados, passou-se à sistematização e interpretação do conteúdo das falas registradas por meio de transcrições. Esse momento foi um movimento de retorno aos objetivos propostos e à revisão de literatura, além da busca de novos aportes teóricos, sempre que a compreensão dos dados assim o exigiu. Os dados obtidos em cada etapa foram interpretados e analisados, a fim de responder à questão do estudo e atender aos objetivos propostos. Segundo Bardin (2002), uma boa análise de conteúdo requer uma codificação, que seria a transformação que ocorre, segundo regras precisas em relação aos dados brutos, do texto analisado, permitindo atingir uma representação do conteúdo, por meio de recorte, agrupamento e enumeração.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

*Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.*

Michel Foucault

A fim de atender aos objetivos propostos, esta seção está subdividida em quatro partes. Na primeira parte buscou-se analisar, a partir da percepção dos educadores, o ambiente escolar e o perfil dos alunos atendidos. Na segunda, buscou-se identificar os tipos de violência presenciada pelas crianças e pelos adolescentes. Na terceira, procurou-se conhecer a concepção dos entrevistados sobre os reflexos da violência doméstica na vida dos alunos. Por fim, procurou-se identificar e compreender qual seria o papel das escolas na recuperação dos alunos afetados pela violência doméstica.

### **4.1 Percepção dos educadores sobre os ambientes escolar e familiar dos alunos**

Inicialmente, procurou-se conhecer a percepção dos profissionais das escolas sobre o ambiente escolar e familiar dos alunos, uma vez que era preciso entender se o comportamento dos alunos teria ligação com o ambiente familiar em que eles vivem.

A Escola Estadual Santa Rita de Cássia e a Escola Professor Pedro Gomides Filho atendiam crianças e adolescentes de 3 a 18 anos de idade em período parcial, já a Escola Estadual Raul de Leoni atendia os alunos do 1º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio em período integral.

Nas entrevistadas, constatou-se que as escolas tinham estrutura física adequada e confortável para atender os alunos, possuindo as seguintes repartições: quadras de esportes, pátio, refeitório, banheiros, biblioteca, sala de informática e outras repartições, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Estrutura física das três escolas pesquisadas. Viçosa, 2014

<b>Ambientes</b>	<b>Número de Espaços Físicos da Escola “A”</b>	<b>Número de Espaços Físicos da Escola “B”</b>	<b>Número de Espaços Físicos da Escola “C”</b>
Quadra	2	1	2
Pátio	1	1	1
Refeitório	11	1	1
Biblioteca	1	1	1
Banheiro	4	2	2
Sala de informática	1	1	1
Sala de professores	1	1	1
Secretária	1	1	1
Sala da supervisão	1	1	1
Sala da direção	1	1	1
Arquivo	2	1	2

Fonte: dados da pesquisa

Todas as professoras fizeram questão de reportar os espaços que as escolas ofereciam para os alunos. No entanto, elas apontaram que os alunos e outras pessoas da comunidade não valorizavam esses espaços, pois os depredavam, não respeitando o espaço educacional da comunidade.

Uma entrevistada relatou que, além dos alunos, outros membros da comunidade depredavam e furtavam objetos das escolas, conforme pode ser verificado na seguinte fala:

(...) o espaço físico da escola é excelente. Entretanto, a escola, frequentemente, é depredada pelos próprios alunos e outras pessoas da comunidade. Eles entram na escola, quebram tudo e furtam os objetos de trabalho, no final do ano chega a ficar sem nada (P5).

De acordo com o relato anterior, que também foi repetido por outras entrevistadas (P7, P8, P10, P11, P12 e P15), percebe-se que havia insatisfação com o comportamento agressivo de alguns alunos e da comunidade onde as escolas estavam inseridas.

Em seguida, foi perguntado como era o ambiente de trabalho entre os profissionais. As entrevistadas relataram que apesar de lidarem com alunos agressivos, qualificados como “alunos-problema”, o ambiente de trabalho entre os colegas era tranquilo e havia cooperação entre a direção, a supervisão e os professores.

Para justificar a cooperação entre direção e professores, as entrevistadas explicaram que a direção das escolas era eficiente, pois conseguiam fazer com que

houvesse cooperação e comprometimento profissional de toda a equipe de trabalho, sendo o relacionamento pautado no diálogo, nas sugestões, nas discussões, nas críticas e nos debates, havendo reuniões periódicas e, quando possível, capacitação profissional. Desta forma, pode-se dizer que a gestão escolar era considerada adequada, prezando pelo trabalho em equipe e pelo apoio mútuo, havendo a cobrança para que os alunos cumprissem as regras e fosse dado apoio aos professores, conforme a fala de uma das entrevistadas:

(...) a gestora apoia os professores, interfere junto aos alunos, faz cumprir as regras na escola e não se intimida com as ameaças. Ela valoriza muito a unidade de trabalho (P8).

Vale ressaltar que as entrevistadas demonstraram insatisfação salarial, principalmente por trabalharem com alunos revoltados e, muitas vezes, violentos, e ainda relataram que as escolas não possuíam um quadro de funcionários adequado para trabalharem com alunos com esse perfil. Nesse momento, foi perguntado sobre o perfil dos estudantes considerados “problemas” pelas entrevistadas, e elas relataram que alguns eram advindos de famílias com problemas estruturais e marcados pela violência, conforme pode-se depreender dos seguintes relatos:

(...) os alunos são, em sua maioria, advindos de famílias sem nenhuma estrutura familiar (P1).

(...) tem uma criança superagressiva na escola, que sabemos que a mãe é usuária de drogas e que espanca ela. Já até tentou enforcá-la, e ela foi até morar em abrigo. (...) Olha para o rostinho dessa criança e vimos só maldade, pois é o que eles estão aprendendo (P7).

(...) acho que tem a ver com bebidas e drogas. Por exemplo, os pais que são usuários de drogas chegam em casa batendo nas mães e essas acabam transferindo para os filhos, gritando com eles, quando não batem também. Essas crianças chegam em sala falando alto, xingando (P9).

Percebeu-se pelas falas das professoras que quando a família é desestruturada, em que o pai ou mãe faz uso de drogas e bebidas alcoólicas, o ambiente familiar se torna mais violento, uma vez que os agressores gritam e batem nos familiares com mais frequência. Sendo assim, crianças que vivem nesses ambientes se tornam mais agressivas, mesmo quando não são agredidas diretamente, passando a ter uma predisposição maior para reproduzirem as violências vivenciadas em casa nos demais ambientes em que convivem. No entanto, quando indagados se a pobreza seria um

desencadeador da violência, a maioria das entrevistadas respondeu que não, conforme pode ser verificado por uma das falas:

(...) drogas e bebidas; pobreza, não. Têm crianças que as famílias são muito pobres, mas educadas e têm bons rendimentos [escolares] (P8).

As entrevistadas relataram que tinham ou tiveram alunos educados e com ótimos rendimentos advindos de famílias pobres, mas que os pais estavam presentes na vida acadêmica dos seus filhos, tentando participar das reuniões e indo às escolas para saber como os filhos estavam se comportando. As entrevistadas relataram que o Estado fornecia materiais escolares para os alunos, como cadernos, livros, lápis, dentre outros. Ressaltaram, ainda, que além da alimentação e materiais escolares, os pais dos alunos recebiam ajuda do Estado por meio da Bolsa Família<sup>11</sup>. Por isso, acreditavam que as famílias possuíam o básico para viverem. Segundo o relatório sobre violência e saúde da OMS (2002), não há um fator específico que explique porque algumas pessoas se comportam de forma violenta em relação às outras e porque isso acontece com maior frequência em determinada classe social, ponderando que a violência sempre existiu na sociedade, em qualquer época.

Em síntese, as falas das entrevistadas revelaram que as escolas possuíam ambiente físico necessário para atender os alunos, havendo cooperação e comprometimento de todos os funcionários, o que proporcionava a realização dos trabalhos educacionais. Entretanto, havia insatisfação com o comportamento de determinados alunos, de suas famílias e da comunidade e, também, insatisfação com o salário, pois ao lidarem com alunos-problema faziam o trabalho de outros profissionais, como psicólogos e assistentes sociais.

#### **4.2. O comportamento dos alunos na escola e sua possível relação com a violência doméstica na percepção dos profissionais de educação**

Procurou-se verificar, de acordo com a percepção dos gestores e educadores, o tipo de violência doméstica a que as crianças e os adolescentes estavam expostos no

---

<sup>11</sup> O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77 mensais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014).

ambiente familiar, a fim de compreender, posteriormente, seus reflexos no meio acadêmico.

Inicialmente, foi questionado se as entrevistadas conseguiam identificar as crianças que eram vítimas indiretas da violência doméstica e, em caso positivo, como essa identificação era feita. As entrevistadas responderam afirmativamente. Segundo elas, as crianças possuem várias maneiras de demonstrar que são vítimas ou presenciam a violência doméstica, seja por meio de desenhos, comportamento agressivo ou retração, como pode ser observado nas seguintes falas:

(...) a gente observa no recreio, na aula de educação física e, no caso de desenho livre, tem uma aluna que sempre desenhava o pai apontando o dedo para alguém, e descobrimos que o pai era ríspido, mas não agressivo. Observamos também como eles agem com os colegas, dando tapa, chute (P1).

(...) elas ficam violentas, eles batem, por exemplo, se uma criança esbarra na outra, ela não sabe pedir e dar desculpas, elas vão para cima bater; eu converso muito com eles assim: se eu chegar na sala de professores, se uma professora me esbarrar eu não vou bater nela vou pedir desculpas, vejo que não é por maldade, mas porque não têm bons exemplos em casa (P2).

(...) crianças que vivenciam a violência sexual e ficam com a sexualidade aflorada. Os outros colegas se afastam delas, então elas pulam etapas da vida e deixam de ser crianças muito rápido. As meninas cantam as músicas que refletem o sexo e a droga o tempo todo, usam saias curtas e se oferecem o tempo todo, elas pegam o papel e fazem cigarro e fingem que estão fumando. Imagino que vêm os pais fazendo isso o tempo todo (P3).

(...) agora há pouco você pôde observar como as meninas chegam batendo nos meninos, e muitas vezes batem não porque querem agredir e sim porque gostam e acham que esta é a forma de demonstrar que gostam, pois presenciam isso em casa, então eles reproduzem o que vivenciam. O beijo não, pois não estão acostumados a verem isso em casa (P6).

(...) brincadeira de pegar no pescoço e machucar o outro o tempo todo. Chega dando murro, do nada. Na segunda-feira é mais difícil, os reflexos são mais evidentes (P10).

As falas dessas professoras demonstraram que as crianças, de forma inconsciente, passam a dar sinais de que estão vivenciando algum tipo de violência em suas casas, pois tendem a mudar a forma de agir no ambiente social. As falas das professoras indicaram que alguns alunos agiam agressivamente com os professores e colegas, dando chutes, tapas, murros, dentre outros. É interessante ressaltar que determinados alunos

agem agressivamente até mesmo quando têm uma afeição maior por algum colega, batendo quando, na verdade, deveriam demonstrar carinho por meio de abraços e beijos.

A mudança de comportamento das meninas foi citada como sendo um indicativo de que elas podem estar sofrendo algum abuso sexual ou estar presenciando violência sexual em casa, embora esse tipo de violência tenha sido relatado como sendo mais difícil de ser identificado. As meninas passam a usar saias curtas, se oferecendo para os meninos, além de fazerem gestos obscenos.

Esses resultados vão de encontro às concepções apresentadas por Siqueira e Dell’Aglío (2007), que retratam que a violência vivenciada no ambiente familiar passa a ser a principal forma de mediar as relações sociais entre os membros dessas famílias no convívio social com outras pessoas.

Ao falarem sobre o comportamento violento de determinados alunos e sobre a possível reprodução da violência que eles vivenciam em suas casas nas escolas, as entrevistadas demonstraram também preocupação com a influência negativa do comportamento desses alunos para os demais alunos, conforme demonstrado nos relatos a seguir:

(...) os alunos que presenciam ou são tratados de forma violenta pelos seus pais, a maioria, são agressivos aqui na escola e tratam os colegas e professores da mesma forma que são tratados em casa, eles acham esta conduta normal. Com isso, preocupamos com os exemplos de mau comportamento para os demais alunos (P10).

(...) esses alunos não fazem nada na sala e tentam atrapalhar os colegas, desestruturando a sala toda (P8).

(...) falam de forma autoritária, quando querem alguma coisa. Falam até mesmo em tom de ameaça. Um aluno chegou até ameaçar em me bater se eu chamasse a mãe dele para conversar (P5).

Esses alunos veem a violência como algo normal, portanto reproduzem no espaço escolar o que vivenciam em suas casas. Como estão vivenciando o processo de socialização nessa etapa da vida, a reprodução do comportamento agressivo faz com que a violência se torne um ciclo vicioso, uma vez que ela é tida como um processo natural para as crianças que presenciam esses atos em seu cotidiano. Nesse contexto, os dados encontrados corroboram os de Cardia (2007), que mostrou que crianças que testemunham a violência dentro de casa ou são agredidas pelos pais tendem a ser agressivas e a ter comportamento antissocial fora de casa, principalmente na escola (CARDIA, 2007).

Em outras palavras, quando o ambiente familiar é marcado pela violência, onde os pais são agressivos entre si, ou mesmo com os filhos, há a predisposição para transformar a violência em algo natural, em que o apanhar passa a não simbolizar desamor, mas, sim, uma forma natural de agir, um processo de aprendizagem desenvolvido na infância. Além disso, segundo Cardoso (2000), sofrer violência na infância faz com que as pessoas se tornem inseguras na vida adulta, com baixa autoestima e ausência de senso crítico sobre o que seja a violência, o que poderá repercutir na sua reação quando se deparar com a violência.

Sobre as formas de violências testemunhadas pelos alunos das escolas, as entrevistadas indicaram em primeiro lugar a verbal (16 relatos), em segundo lugar a física (13 relatos), em terceiro lugar a negligência (10 relatos) e em último lugar a sexual (9 relatos). A fala seguinte retrata os tipos de violências que alunos presenciam em suas casas:

(...) acredito que seja a verbal, pois os alunos conversam gritando e falando palavrões e ameaçando os colegas e até mesmo a gente; a física, pois os alunos batem nos colegas com muita frequência. Temos que estar sempre vigiando para evitar as agressões mais graves. A sexual temos mais dificuldade de identificar, mas acredito que aqueles que têm a sexualidade aflorada é porque presenciam atos obscenos dos pais e a negligência, pois eles não têm compromisso com suas atividades, como os pais não têm com a educação dos seus filhos (P8).

A violência física e verbal foram as mais citadas pelas entrevistadas, tendo em vista que suas exteriorizações são mais evidentes, pois os alunos passam a agredir seus colegas e, até mesmo, os professores, seja verbal ou fisicamente. Esses atos são atribuídos pelas entrevistadas às experiências violentas vivenciadas no ambiente familiar hostil em que essas crianças e/ou os adolescentes vivem.

Em seguida vem a negligência, pois elas acreditam que os alunos agem sem responsabilidade com suas atividades, da mesma forma que seus pais os negligenciam. Por último vem a violência sexual, pois, apesar da dificuldade na identificação dessa agressão, as entrevistadas citaram que em alguns casos conseguem perceber o comportamento sexual precoce.

Segundo Minayo (2006), qualquer uma das formas de violência citada está relacionada à violência psicológica, pois as crianças que crescem em um meio hostilizado e marcado pela violência doméstica, mesmo quando não são vítimas diretas das agressões, podem sofrer interferências negativas em suas vidas. Silva (2005) afirma

que a violência psicológica está associada diretamente à violência física, sendo difícil entender essa agressão sem a presença da violência psicológica. A violência doméstica atinge, assim, além da vítima, todos os que convivem no ambiente hostil e agressivo, como os filhos ou familiares, causando danos físicos e emocionais para todos os envolvidos.

Foi importante para a pesquisa analisar, também, como os profissionais percebem os reflexos da violência doméstica no desenvolvimento social e cognitivo das crianças e dos adolescentes. De acordo com as entrevistadas, os alunos que presenciam atos agressivos no âmbito familiar apresentam alteração em seu desenvolvimento emocional e comportamental, o que influencia o ciclo de aprendizagem, pois eles ficam desestimulados e desanimados para realizarem as atividades escolares, como ilustrado pelas falas a seguir:

(...) uma aluna que presenciou seu pai espancando a sua mãe no final de semana, onde teve até policial, uma confusão danada, na segunda-feira ela não fez nada, só ficava deitada na carteira, muito triste. Ela continua muito triste, mas temos informações que a mãe voltou para o pai, aí não temos como interferir (P2).

(...) a criança muda o ser dela, fica mais apegada ou mais distante (P4).

(...) têm alunos que não respeitam os professores, respondem e falam alto, e quando chamamos a família percebemos que os pais falam do mesmo jeito (P17).

(...) tive um aluno que começou a usar droga, pois o pai é traficante e a mãe bate. Esse aluno não interage com os outros alunos (P11).

(...) são mais retraídas, apresentam medo, são tímidas e têm muita dificuldade de participar em grupo (P16).

Percebe-se que a mudança no comportamento dos alunos pode ter ligação com o contato contínuo com a violência, seja ela direta ou indireta. Esses alunos têm o seu desenvolvimento cognitivo afetado, pois perdem o interesse pela aprendizagem, ficando, muitas vezes, agressivos ou apáticos. Nesse contexto, é de suma importância retratar que a timidez e a apatia também foram citadas como indicativos de que a criança está tendo algum tipo de problema familiar.

As entrevistadas relataram que os principais meios utilizados para a identificação da violência doméstica eram o relato do aluno e/ou a alteração de seu comportamento. A agressividade, a apatia e a sexualidade precoce foram apontadas por

quase todas as entrevistadas. As falas a seguir ilustram como os professores conseguiam fazer essas identificações:

(...) conseguimos identificar porque o aluno fica mais agressivo ou apático dentro da sala de aula, pois ficamos mais tempo com eles, né? (P1).

(...) tem aluno que chuta o colega, que grita o tempo todo, falam palavrões, alguns chegam a relatar o que eles presenciaram em casa, um aluno me disse que seu pai bateu na sua mãe e que ela o chamou de vagabundo (...) (P5).

(...) tem uma aluna da minha sala que apresenta a sexualidade aflorada. Ela põe a mão no órgão genital toda hora e já peguei ela pedindo o colega para colocar também (P3).

Foi relatado também que as crianças imitavam o comportamento presenciado no ambiente doméstico:

(...) as meninas, no recreio, quando querem chamar a atenção dos meninos batem neles e elas nelas. Às vezes percebo que é até uma situação de “namorinho”, pois eles não sabem fazer carinho, não é comum entre eles. Conversamos com eles e explicamos que quando gostamos damos flores e fazemos carinhos e não batemos. Tem um que falou: o meu pai não faz isso, ontem mesmo o meu pai chegou em casa e deu um tapa na minha mãe (P9).

Como mencionado, a violência direta ou indireta, por meio do testemunho, interfere no desenvolvimento da criança e passa a repercutir negativamente na formação de sua identidade. Rappaport (2006) ressalta que durante a infância é que a criança vai desenvolver sua identidade, aprendendo a se conhecer, desenvolvendo suas características psicológicas, seus desejos, suas capacidades e conhecendo suas limitações. A autora ressalta que no processo de formação da criança o conteúdo do diálogo, o afeto e o carinho dos pais contribuem para o seu desenvolvimento pessoal, e que o contrário, como a agressividade e a falta de diálogo, também vai influenciar negativamente a formação das crianças.

Sendo assim, o comportamento desestruturado dos membros familiares pode repercutir na relação da criança com os colegas e professores, gerando atitudes indesejáveis na escola, como a desobediência, a agressividade e a falta de respeito com os colegas e professores. Por isso, o ambiente familiar é considerado como o agente primário e mais poderoso da socialização, capaz de transmitir valores, convicções e normas para as crianças em formação (RAPPAPORT, 2006).

As entrevistadas relataram que conseguiam identificar os reflexos da violência com facilidade, mas, por outro lado, tinham dificuldades em exercer o papel como educadoras no sentido de promover condições de superação dos danos da violência familiar, conforme pode ser retratado pela fala de uma entrevistada: “temos vontade de implementar projetos, mas não temos ‘pés’ para fazer, pois não temos profissionais suficientes para isso” (P14).

A falta de uma equipe de apoio foi relatada como uma impossibilidade para agir nos casos em que a violência se manifesta, tendo todas mencionado que as escolas não possuíam, em seu quadro de funcionários, psicólogos e assistentes sociais para trabalharem com os alunos, o que dificultava o trabalho do professor, que além de ensinar também tinha de trabalhar com os problemas ligados à desestrutura familiar, onde a violência está presente.

Foi então perguntado se quando as entrevistadas percebem que o aluno está tendo contato com a violência, seja ela direta ou indireta, elas recorrem à denúncia aos órgãos competente, como o Ministério Público e o Conselho Tutelar. Elas relataram que dificilmente recorrem a esses órgãos, talvez por desconhecimento sobre a função do professor de sempre denunciar quando identificar que o aluno está tendo problemas relacionados à violência intrafamiliar e, também, por medo de represália dos pais ou responsáveis pelas crianças, como demonstram as seguintes falas:

(...) não somos nós que fazemos este papel. O que a escola pode fazer é uma carta de encaminhamento para o Conselho Tutelar. O professor não tem condição de ficar na sala resolvendo problemas relacionados à vivência familiar de cada aluno. Além do mais, estamos envolvendo com pais traficantes e bandidos. (P12)

Esses resultados corroboram os de Ristum (2014), que relatou que muitos professores desconhecem e não cumprem o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois, conforme demonstrado, os profissionais da educação possuem dificuldades para entender o papel que eles desempenham na vida dos alunos marcados pela violência familiar, que é, muitas vezes, considerada fora do alcance da prática escolar.

A pesquisa revelou que as entrevistadas conseguem identificar os problemas decorrentes da violência, mas demonstrou de forma concisa que elas têm dificuldades para reconhecer o papel do professor na vida do aluno, atribuindo a violência doméstica

a um problema externo à escola, ou seja, que está relacionado apenas ao universo privado familiar.

Segundo os profissionais da educação, a violência doméstica presenciada interfere no rendimento escolar dos alunos, porém em relação à frequência escolar não há alteração, em virtude do retorno financeiro proporcionado pela Bolsa Família para aqueles alunos frequentes, considerado um dos fatores condicionantes para o recebimento desse benefício. Observou-se, também, que muitos frequentam as aulas por causa das refeições oferecidas pelas escolas, conforme pode ser verificado em algumas falas:

(...) o rendimento fica [comprometido], mas a frequência não. Eles vão por causa da Bolsa Família ou vão por causa da comida (P2).

(...) esses alunos são frequentes, vêm para passear na escola e merendar (P8).

De acordo com os atos citados pelas entrevistadas como sendo reflexo da violência doméstica na vida dos alunos, pode-se que observar aqueles alunos que possuíam influência negativa familiar, em virtude do contato direto ou indireto com a violência, apresentavam comportamento diferente dos demais alunos, que também podem passar a ser influenciados pelos primeiros (Tabela 3). As entrevistadas associaram o comportamento negativo de alguns alunos aos atos praticados pelos seus pais, acreditando que eles reproduziam as situações vivenciadas com seus familiares. Portanto, fica evidente a necessidade das escolas desenvolverem trabalhos direcionados à prevenção e recuperação dos alunos advindos de famílias violentas, pois, além do comprometimento da vida escolar desses alunos, há influência negativa nos outros alunos.

Diante dessas observações, no próximo tópico será abordado o papel das escolas pesquisadas na recuperação dos alunos marcados pela violência.

### **4.3 Ações para enfrentamento das situações adversas pelos profissionais das escolas**

Nas escolas, por meio das educadoras que trabalham diretamente com os alunos, foi possível identificar os casos de violência a que os alunos estão expostos no ambiente familiar, uma vez que os reflexos tendem a se manifestar no espaço escolar. Nesse sentido, deve-se considerar a importância da escola na recuperação dos alunos afetados pela violência.

Tabela 3 – Atos citados pelos professores como reflexos da violência doméstica. Viçosa, 2014

Atos Cometidos pelos Alunos	Número de Vezes que Foram Citados
Agir com desatenção, inquietação ou desconcentração durante as aulas.	15
Deixar de fazer as atividades escolares.	13
Conversar muito durante as aulas.	10
Gritar em sala de aula.	8
Xingar alunos e professores.	8
Falar palavrões com os colegas e com os professores.	8
Responder e desrespeitar os professores.	6
Agredir os colegas e os professores.	5
Descumprir ou não seguir as regras.	5
Ausentar as aulas.	2

Fonte: dados da pesquisa.

Nas escolas, por meio das educadoras que trabalham diretamente com os alunos, foi possível identificar os casos de violência a que os alunos estão expostos no ambiente familiar, uma vez que os reflexos tendem a se manifestar no espaço escolar. Nesse sentido, deve-se considerar a importância da escola na recuperação dos alunos afetados pela violência.

Para entender o papel da escola na recuperação dos alunos afetados pela violência doméstica, foi perguntado às entrevistadas sobre o procedimento adotado pelas escolas para lidar com esses alunos. As respostas estão apresentadas a seguir:

(...) não temos apoio de psicólogos e nem de assistentes sociais, então, em muitos casos, omitimos, pois não temos o que fazer. Tive um menino que estava tendo desmaios e eu não sabia o que fazer, então peguei o aluno e levei no posto de saúde, e foi diagnosticado uma pneumonia. Mas a diretora me chamou a atenção, porque se acontecesse alguma coisa com o aluno, seria culpa da escola, então é muito complicado, queremos ajudar, mas muitas vezes somos barrados, né? (P5).

(...) nós, professores, fazemos de um tudo, somos até psicólogos, pois a escola não possui profissionais capacitados para atender os alunos que apresentam problemas comportamentais (P7).

(...) conversamos com os alunos. Quando não conseguimos resolver, levamos para a direção, que também utiliza o diálogo com os alunos e tenta chamar os pais, que raramente comparecem. Em casos graves, contamos com o apoio do Conselho Tutelar (P11).

(...) a gente chama os pais e não vêm. Se o caso for extremo, barramos a entrada do aluno e aí o pai vem, mas briga na escola porque

barramos o aluno, eles demonstram total descaso e transferem para a escola o papel de educar (P15).

É possível perceber que as entrevistadas demonstraram interesse em ajudar os alunos, priorizando o diálogo com o aluno que consideram que esteja passando por alguma dificuldade. Caso não obtenham resultado, chamam os pais para conversar e, como última alternativa, levam o caso para a direção da escola e ao Conselho Tutelar. Algumas entrevistadas disseram que, em alguns casos, se omitem, por atribuírem esse trabalho a outros profissionais, como psicólogos e assistentes sociais, e também por não possuírem treinamento para lidar com problemas advindos da violência presenciada em casa.

Nesse mesmo sentido, outra entrevistada relatou que as escolas públicas precisam de profissionais ligados à saúde para ajudar os alunos com problemas decorrentes da desestruturação familiar provocada pela violência doméstica:

(...) tenho uma aluna que se isolava o tempo todo, não conversava com os colegas, não prestava atenção nas aulas e isso começou a me incomodar. Levei o caso para a direção que chamou a criança para conversar e ela relatou que o pai colocava filme de mulher e homem pelados para ela ver e depois pedia para ela beijar o piu-piu dele. A escola chamou a mãe que não acreditou e falou que é coisa da cabeça dela. Então chamamos o Conselho Tutelar que encaminhou o caso para uma psicóloga da Univiçosa, pois não temos uma psicóloga na escola. Mas não sei se a mãe levou, pois a mãe mudou a criança de escola (P9).

Apesar do interesse demonstrado pela escola em ajudar os alunos, contando até mesmo com apoio de entidades privadas para suprir as suas necessidades, as escolas públicas precisam do apoio de profissionais de outras áreas, como psicólogos e assistentes sociais, para desenvolverem, juntos, trabalhos de prevenção e recuperação de alunos advindos de famílias violentas, além da necessidade do preparo dos próprios professores para lidarem, no dia a dia, com esses alunos. É importante salientar que os professores, muitas vezes, não estão preparados para lidar com situações adversas, como é o caso da violência doméstica, além de não terem tempo para tal.

Por outro lado, embora as entrevistadas tenham afirmado não possuírem meios para lidar com os problemas decorrentes da violência doméstica, citaram alguns procedimentos adotados por elas para tentar solucionar ou amenizar os reflexos dessa violência na vida dos alunos, como: realização de projetos com enfoque no

comportamento dos alunos; projetos e trabalhos antiviolaência dentro das salas de aula; e conversas individuais com os pais e alunos.

As entrevistadas, apesar de acreditarem que para desenvolver esses tipos de trabalhos de enfrentamento necessitam de outros profissionais e de um aprimoramento nas suas capacitações, desenvolvem ações de enfrentamento e prevenção, diariamente, conforme apresentado em algumas falas:

(...) o que fazemos é o seguinte: tentar trabalhar em sala de aula aquela situação, de forma diferenciada, com uma didática diferente, sem entrar no assunto diretamente daquele aluno! Não tem outra ação que a escola possa fazer além dessa! (P1).

(...) desenvolvemos projetos para trabalhar com os alunos, como, por exemplo, o Projeto pela Paz (P2).

(...) começou esse ano com um projeto chamado Educação para a Vida. (P11).

(...) tem projeto militar, em que os policiais vêm a escola para falar sobre drogas, direitos e deveres e outros temas (P14).

(...) a escola tenta fazer uma socialização com as famílias, faz eventos para trazer as famílias para a escola, reuniões, palestras com os pais e oferece até um lanchinho depois. A gente aproxima do aluno, escutamos e orientamos, não temos psicólogos, então tentamos ajudá-los da forma que podemos, quando o caso é mais grave encaminhamos para o Conselho Tutelar (P8).

(...) aqui na escola toda a equipe se envolve, até as faxineiras e cozinheiras que moram no bairro tentam ajudar com informações sobre as famílias. Então, quando chamamos as famílias, já sabemos como conversar, pois aqui tem gente de todo o tipo, traficante, assassino, etc. (P9).

(...) trabalho com fantoches toda sexta-feira, têm alunos que não aceitam participar das histórias, são crianças arredias, mas, com o tempo, elas passam a aceitar o carinho com os bonecos (P6).

(...) a gente faz campanhas, como a Campanha pela Paz, a gente tenta chamar a comunidade para a escola, a gente interfere na maneira que pode (P13).

Observa-se nas falas que as entrevistadas utilizam ações para ajudar os alunos com problemas, mesmo quando as escolas não oferecem políticas escolares e nem treinamento para capacitar os educadores para lidarem com essa problemática. Bastos (1995; 1996) aponta a importância da atuação da escola para construção de estratégias de enfrentamento da violência, mencionando que nos Estados Unidos tem aumentado o

número de programas de treinamento para capacitar os educadores das instituições de ensino para trabalhar com os alunos marcados pela violência familiar.

Nesse sentido, é de suma importância o papel da escola no enfrentamento da violência, na visão de Ristum (2010):

(...) a importância da escola no enfrentamento da violência doméstica e familiar fica ainda mais evidente quando se considera que crianças e adolescentes têm contato diário e prolongado com ela e com seus profissionais e quando se coloca que, em grande parte dos casos, ela se constitui na única fonte de proteção, especialmente para as crianças e adolescentes que têm familiares como agressores e não encontram, em outros membros da família, a confiança e o apoio necessário à revelação da violência (RISTUM, 2010, p. 238).

Entretanto, alguns profissionais declararam que quando reconhecem os reflexos da violência na vida de seus alunos não desenvolvem nenhuma ação para tentar ajudá-los, argumentando não ter recursos para desenvolverem ações para combater ou prevenir as agressões no âmbito familiar. Esse fato é retratado na seguinte fala:

(...) vou ser bem sincera, dependendo nem levo o problema para a direção, porque sei que a escola não tem o que fazer. Uma aluna me falou que o irmão, que usa droga, chamou ela para deitar com ele e começou a falar um monte de coisa, que não quero repetir, ela disse que saiu correndo e contou para a mãe, que não fez nada e que agora ela dorme com a porta fechada. Chamamos a mãe para conversar, mas ela nem aqui veio; o que falei para a menina para falar tudo para a mãe. Se tivesse psicólogo ou assistente social seria mais fácil; estes relatos, acontece sempre, o que vamos fazer? Nós, professores, temos conteúdo, provas para aplicar, o governo cobra, não dá para ficarmos atentando para essas coisas. Acho, também, se eu for dar ouvido para todos estes casos eu quem vou precisar de um psicólogo. É triste tá falando isso, mas é a realidade (P11).

É de suma importância ressaltar que as entrevistadas, mesmo aquelas que desenvolvem ações de prevenção e combate à violência, retrataram que têm casos que elas não conseguem resolver por falta de tempo e por falta de formação acadêmica para lidarem com os problemas relacionados à violência, como confirma o depoimento seguinte:

(...) com estes profissionais de outras áreas o trabalho de inserção social seria mais fácil, pois as professoras assumem um papel que não são delas e que não foram capacitadas, quando detecto casos de violência e drogas, por exemplo, primeiramente chamamos os pais, mas eles, muitas vezes, não se comprometem a resolver o caso e falam que não têm tempo para ficar indo à escola por causa de bobearias (P5).

Verificou-se, também, que há insatisfação em relação à participação dos pais dos alunos, com problemas de comportamento, na escola. Em alguns relatos ficou evidente que a participação desses pais na escola é insignificante, devendo ser ressaltado que essas famílias não interagem com a escola, o que configura a negligência desses pais para com seus filhos. Constatou-se ainda que esses alunos têm medo que seus pais sejam chamados na escola, pois sabem que podem ser agredidos.

(...) uma vez falei com um aluno que iria chamar o pai para conversar e ele me disse para não chamar porque ele iria matá-lo de tanto bater. Essa foi uma fala que me deixou impressionada como o aluno tem medo do pai. A gente tenta trazer a família para a escola, porque a partir do momento que conseguirmos trazer a família para a escola, ficará mais fácil de lidar com o assunto, mas eles quase não comparecem (P15)

Quando indagadas como funcionava o ciclo de aprendizagem dos alunos atingidos pela violência doméstica, a maioria das entrevistadas respondeu que quando detectam que o aluno está tendo dificuldade na aprendizagem recorrem à direção e à supervisão, conforme se depreende da fala:

(...) quando identificamos que um aluno tem problemas, seja comportamental ou de aprendizagem, recorremos à direção e à supervisão e estes tentam buscar apoio junto ao conselho tutelar e ao Ministério Público, quando necessário (P7).

As entrevistadas também relataram que as escolas possuem regimento interno, contendo regras, direitos e obrigações, e que esse regimento é elaborado com toda comunidade escolar: “a escola possui um regimento interno contendo regras, direitos e obrigações que nos auxiliam na forma de trabalhar” (P8).

Por meio dos dados coletados nas escolas, constata-se que as entrevistadas buscam realizar os ciclos de aprendizagem, respeitando o planejamento e as normas escolares, ajudando, na forma que podem, os alunos com problemas de aprendizagem e comportamental influenciados pela violência presenciada em casa. Para Pacheco e Flores (1999), *apud* Pereira (2009, p. 67):

(...) tornar-se professor constitui um processo complexo, dinâmico e evolutivo que compreende um conjunto variado de aprendizagens e de experiências ao longo de diferentes etapas formativas. Não se trata de um ato mecânico de aplicação de destrezas e habilidades pedagógicas, mas envolve um processo de transformação e re(construção) permanente de estruturas complexas, resultante de um leque

diversificação de variáveis (PACHECO; FLORES, 1999, *apud* PEREIRA, 2009, p. 67).

Na Escola Estadual Raul de Leoni havia turmas diferenciadas que funcionavam em tempo integral, atendendo os filhos dos pais que trabalhavam, como pode ser verificado na fala de uma entrevistada:

(...) trabalho com alunos do tempo integral, eles ficam na escola na parte da manhã fazendo tarefa, tem alimentação, recreação e tempo de descanso e a tarde eles frequentam as aulas normais, mas não temos muita estrutura para trabalhar com esses alunos, falta até mesmo espaço físico (P3).

Observou-se que as escolas podem utilizar diversos tipos de trabalhos, como palestras e conversas individuais com os alunos, além de desenvolver projetos com temas relacionados à violência, mas as escolas que trabalham em tempo integral podem alcançar melhores resultados, uma vez que os alunos passam maior tempo na escola do que em suas próprias casas, conseqüentemente têm condição de desenvolver um papel importante na formação desses alunos como indivíduos, conforme preleciona Cavaliere (2002).

Entretanto, as entrevistadas da escola “A” revelam que mesmo sendo de tempo integral a escola ainda não funcionava conforme deveria, pois as condições e as atividades complementares no contraturno eram precárias e, muitas vezes, desinteressantes, contrariando, assim, a proposta do programa. Cavaliere (2007, p.1031) defende que:

(...) a construção de uma proposta pedagógica para escolas de tempo integral que repense as funções da instituição escolar na sociedade brasileira, que a fortaleça através de melhores equipamentos, do enriquecimento de suas atividades e das condições adequadas de estudo e trabalho para alunos e professores, o que poderá trazer algo de novo e que represente crescimento na qualidade do trabalho educativo (CAVALIERE, 2007, p. 1031).

Constatou-se que a maioria das entrevistadas considerava a gestão escolar “boa”, havendo comprometimento das gestoras, que constantemente estavam buscando apoio da comunidade e de instituições privadas com o objetivo de intensificar a qualidade educacional, conforme pode-se observar na fala seguinte:

(...) a diretora tem muita preocupação, ela junto com os professores tentam ajudar de alguma forma, com conversas com os alunos e pais, em último caso, chamamos o Conselho Tutelar. A diretora é da

comunidade então conhece os pais e sabe da vida dos alunos com suas famílias, sabendo como trabalhar e lidar com eles, ela é muito comprometida com sua função e sempre tá ajudando, procurando parcerias até mesmo com as igrejas e instituições privadas, como a Univiçosa, através de atendimentos psicológicos, pois lá tem o curso de psicologia (P9).

Diante dos dados encontrados, pode-se dizer que, de modo geral, as entrevistadas têm uma preocupação social muito grande no que diz respeito aos fatores causadores da violência familiar e também com o papel da escola nesse cenário. As entrevistadas tentam, mesmo sem os recursos citados por elas, como a falta de profissionais com qualificações específicas e o aprimoramento de suas próprias capacitações, minimizar os problemas decorrentes da violência doméstica. As escolas também buscam estratégias que atraiam a participação familiar, como festas, palestras e sorteios.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos reflexos da violência doméstica na vida dos filhos de mulheres agredidas por seus parceiros, a partir da concepção dos educadores de três escolas públicas do município de Viçosa, Minas Gerais, permitiu tecer algumas considerações e apontamentos que podem, inclusive, subsidiar outras pesquisas.

Reitera-se que o objetivo geral desta pesquisa, qual seja, analisar a percepção dos profissionais de educação das escolas públicas sobre o impacto da violência doméstica na vida de crianças e adolescentes, filhos de mulheres vitimadas, desdobrou-se em percursos específicos para chegar às formas de violência doméstica presenciadas pelos alunos das instituições públicas pesquisadas, às consequências da violência doméstica para os filhos das mulheres vitimadas, segundo a concepção dos educadores das escolas, e ao papel das escolas na recuperação dos alunos afetados pela violência doméstica.

Constatou-se que as escolas têm enfrentado grandes obstáculos para lidar com os alunos que apresentam alterações de comportamento, em virtude do testemunho da violência no âmbito familiar. Esses alunos apresentam problemas relacionados ao processo de socialização com os colegas e professores, pois são agressivos e, a maioria deles, reproduzem a violência presenciada em casa no ambiente escolar, além de apresentarem baixo rendimento escolar, o que compromete o ciclo de aprendizagem. As entrevistadas entendem que para alcançar os objetivos pedagógicos os alunos precisam estar “bem” psicologicamente. No entanto, segundo elas, esses alunos que convivem em ambiente hostil e desequilibrado têm mais dificuldade de concentração e possuem dificuldades em respeitar as regras impostas pelas escolas, agindo, quase sempre, agressivamente com os colegas e professores. Há exceções, ou seja, alunos que apesar de viverem em contato direto com a violência são disciplinados e têm desempenho escolar adequado. Por meio de suas vivências profissionais, os professores conseguem identificar as violências presenciadas pelos alunos, devendo ser ressaltado que, no contexto geral, as concepções implícitas nas falas das participantes remetem às formas de violência citadas pela Lei Maria da Penha, quais sejam verbal, física, sexual e negligência.

A violência doméstica presenciada reflete na vida acadêmica e pessoal dos alunos, embora, muitas vezes, os professores não possuam estrutura emocional e

capacitação para trabalhar com esses alunos. Nas escolas falta a presença de profissionais capacitados para trabalhar com os problemas decorrentes da violência, como psicólogos e assistentes sociais.

Diante das implicações que a violência pode ter na vida dos filhos que presenciam suas mães serem agredidas, pode-se considerar o testemunho da agressão como uma violência psicológica, fazendo de quem a testemunha uma vítima direta.

Os profissionais não estão de acordo com a não participação dos pais na vida escolar de seus filhos, principalmente daqueles que apresentam problemas na escola, alegando que esses pais transferem para a escola o papel de educar e que, muitas vezes, não se importam com seus filhos. Porém, é importante salientar que esses pais, por passarem por problemas tão sérios em suas vidas, como é o caso da violência, muitas vezes não possuem capacidade emocional para lidar com outros problemas, precisando, também, de apoio de profissionais. Falta aos professores capacitação no sentido de entender que esses pais também são merecedores de atenção.

Nessa perspectiva, há de ser demarcado que as tensões vividas nas escolas têm relação direta com as experiências traumáticas vividas pelos alunos advindos de famílias desestruturadas. Esses alunos aprendem com cada situação que testemunham e/ou vivenciam, ou seja, se vivem em um ambiente violento têm uma predisposição para agir da mesma forma, sendo necessário um “olhar” diferente dos educadores para com essas crianças e adolescentes, a fim de que possam ajudá-los de alguma forma.

As entrevistadas consideram que as famílias são a principal responsável pelos problemas enfrentados pelas intuições de ensino, como a agressividade, falta de concentração, a timidez e o desinteresse por apreender dos alunos. Por outro lado, há os profissionais que entendem que podem e devem apoiar essas crianças, realizando ações voltadas para a recuperação desses alunos, mesmo diante da falta de estrutura das instituições pesquisadas e da negligência dos pais.

É oportuno apontar que foram encontradas limitações para a realização da pesquisa, sobretudo no que diz respeito à pesquisa de campo, pois o método utilizado para as entrevistas, que ocorreram durante o horário de trabalho, pode ter dificultado ou impedido a participação dos profissionais de educação. Os resultados apresentados também se restringem à percepção dos educadores apenas de escolas públicas, de um município de pequeno porte, não podendo ser generalizados.

Em suma, considerando que a violência doméstica gera repercussões negativas na vida dos filhos que presenciam suas mães serem agredidas e que essas repercussões

são identificadas e enfrentadas pelos professores das escolas, é importante que a pesquisa sobre o tema em questão continue, até mesmo em escolas frequentadas por alunos com poder aquisitivo maior, uma vez que se constatou que a pobreza não pode ser considerada um fator preponderante para a prática da violência e que esse “fenômeno” pode acontecer em qualquer classe social. Portanto, com a continuidade da pesquisa em outras escolas, será possível ter um conhecimento aprofundado sobre o impacto da violência presenciada tanto na vida dos alunos de classe menos favorecida como também dos alunos das classes mais favorecidas, podendo, ainda, fazer uma comparação do papel dos professores, de ambas as classes, no enfrentamento desse “fenômeno”.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO, V. G.; CARVALHO, R. R.; SIQUEIRA, V. R.; SOUZA, F. G. M. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, fev. 2005.

ANDRADE, V. D. A.; LORETO, M. D. S. Família e violência: Caracterização e Interações. In: TEIXEIRA, K. M. D.; GOUVEIA, P. (Org.). **Tudo em família: textos, temáticas e discussões**. Viçosa, MG: UFV, 2008. p. 46-74.

ARAÚJO, M. F. Atendimento a mulheres e famílias vítimas de violência doméstica. **Perfil**, Assis, SP, v. 9, p. 5-15, 1996.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Iglu, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BASTOS, A. C. S. Intervenção frente a problemas decorrentes da violência contra a criança no contexto familiar. **Revista de Psicologia**, n. 13, n. 1/2, p. 77-87, 1995/1996.

CARDIA, N. A violência urbana e a escola. **Contemporaneidade e Educação**, v. 2, n. 2, set. 1997.

CAVALIERE, A. M. V. Escolas de tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil. In: CAVALIERE, A. M. V.; COELHO, L. M. C. C. (Org.). **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAVALIERE, A. M. V. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 (especial), p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CÔRTEZ, G. R. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 32, p. 149-168, 2012.

CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DAY, V. P.; TELLES, L. E. B.; ZORATTO, P. H.; AZAMBUJA, M. R. F.; MACHADO, D. A.; SILVEIRA, M. B.; DEBIAGGI, M.; REIS, M. G.; CARDOSO, R. G.; BLANK, P. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista Psiquiatra**, Rio Grande do Sul, v. 25, n. 1, p. 9-21, 2003.

DIAS, M. B. A violência doméstica na Justiça. **Direito e Democracia: Revista do Centro de Ciências Jurídicas**, v. 7, n. 2, p. 271-280, 2006.

FERRIANI, M. G. C.; MADEIROS, M.; SILVA, M. A. I.; UBEDA, E. M. L. (Org.). **Debaixo do mesmo teto: Análise sobre a violência doméstica**. Goiânia: AB Editora, 2008. p. 7-53.

FLACSO – INSTITUTO SANGARI. **Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo, 2012.

HANADA, H. **Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência**. 2007. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2007.

JUSTO, J. S. Escola no epicentro da crise social. In: DE LA TAILLE, Y; PEDRO-SILVA, N.; JUSTO, J. S. **Indisciplina/disciplina: ética, moral e ação do professor**. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 23-54.

MEDRADO, B.; MÉLLO, R. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, p. 78-86, 2008. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspea11.pdf](http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspea11.pdf)>. Acesso em: 7 maio 2014.

MINAYO, M. C. S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública social. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-18, 1994. (Suplemento 1).

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Athas; 2009.

NOGUEIRA, A. Escola pública e famílias populares: uma relação dissonante. **Educação em Revista**, UFMG, Belo Horizonte, v. 39, n. 39, p. 41-60, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Estatística da violência doméstica em países em desenvolvimento. 2002. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobreaviolecia-contrasmulheres-no-mundo>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (OMS). **Dados sobre o índice de violência doméstica no mundo**. New York: Department of Economic and Social affairs. United Nations, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Estatística da violência doméstica em países em desenvolvimento**. 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobreaviolecia-contrasmulheres-no-mundo>>. Acesso em: 20 abril 2014.

PEREIRA, M.A.S. **Indisciplina escolar: Concepções dos professores e relações com a formação docente**. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco Campo Grande, MS, 2009.

RAPPAPORT, C. R. **Encarando a adolescência**. Série Jovem Hoje. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

RISTUM, M. A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 231-232, 2010. Disponível em: <<http://www.sbponline.org.br/revista2>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

RISTUM, M. As marcas da violência doméstica e a identificação por professor do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, BA, v. 1, n. 1, p. 3-12, Bahia, 2014. Disponível em <http://revpsi.org/wp-content/uploads/2014/01/ristum2014>. Acesso em 10 de janeiro de 2015

ROSAS, K. F.; CIONEK, D. G. M. I. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006.

SANTANA, M. M.; TEIXEIRA, K. M. D.; OLIVEIRA, M. M.; OLIVEIRA, P. R. C.; LINHARES, A. M.; LELIS, C. T.; FREITAS, M. C. P.; ROSADO, A. P. N.; MORAIS, L. S. de. **A violência doméstica sob o olhar de mulheres de comunidades populares urbanas**, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: [http://proex.pucminas.br/sociedade\\_inclusiva/Vseminario/Anais\\_V\\_Seminario/saude/comu/A%20VIOLENCIA%20DOMESTICA%20SOB%20O%20OLHAR%20DE%20MULHERES%20DE%20COMUNIDADES%20POPULARES%20URBANAS.pdf](http://proex.pucminas.br/sociedade_inclusiva/Vseminario/Anais_V_Seminario/saude/comu/A%20VIOLENCIA%20DOMESTICA%20SOB%20O%20OLHAR%20DE%20MULHERES%20DE%20COMUNIDADES%20POPULARES%20URBANAS.pdf). Acesso em: 20 jan. 2015.

SANTOS, L. V.; COSTA, L. F. Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 6, n. 1, p. 59-72, 2004.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Retornando para a família de origem: Fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 17, n. 3, p. 134-146, 2007.

SILVA, M. R. S.; NUNES, K. S. Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem. **Cogitare Enfermagem**, v. 9, n. 1, p. 42-49, 2004.

SILVA, L. **CEVIC: A violência denunciada**. 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005.

ROQUE, Eliana Mendes de Souza Teixeira; FERRIANI, M. G. C.; UBEDA, Elza Maria Lourenço. **A violência na família e a justiça: algumas perspectivas**. In: FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; MEDEIROS, Marcelo; IOSSI, Marta Angélica; UBEDA, Elza Maria Lourenço. (Org.). **Debaixo do mesmo teto: análise sobre a violência doméstica**. 1 ed. Goiânia-GO: AB Editora, 2008, v. 1, p. 55-104.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

VECINA, T.; FERRARI, D. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar**. Teoria e prática. São Paulo: Agora. 2002.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 13 de julho 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. 34 p. [882143] CAM.

## **ANEXOS**

## Anexo A – Questionário

- 1) Vocês (coordenadores, pedagogos, professores) conseguem identificar as crianças que presenciam a violência doméstica no âmbito familiar? De que forma?
- 2) Quais seriam os tipos de violências que estes alunos presenciam?
- 3) Vocês acham que o cenário de violência que elas vivenciam tem relação com fatores de vulnerabilidade, como a pobreza, a limitação de acesso a bens e serviços, drogas, etc.?
- 4) Quais são as estratégias utilizadas pela escola para enfrentar esta situação?
- 5) Qual a diferença entre o comportamento dessas crianças com as demais crianças?
- 6) Qual o procedimento realizado com estas crianças, que presenciam a violência doméstica, para reintegrá-las no ambiente escolar? Há profissionais especializados, psicólogos e assistentes sociais, para oferecer para estas crianças e suas famílias?
- 7) Há algum trabalho realizado com as famílias com a intenção de reduzir e/ou prevenir a violência doméstica?
- 8) Vocês (coordenadores, pedagogos, professores) conseguem descrever situações vivenciadas na escola que seriam reflexos das violências que as crianças presenciaram no âmbito familiar?
- 9) Como o desenvolvimento social, emocional e comportamental dessas crianças que presenciam a violência doméstica pode ser comprometido? Como seria o comportamento dessas crianças?
- 10) Há diferença no rendimento e na frequência dos alunos que presenciam a violência doméstica no âmbito familiar dos alunos que não presenciam?
- 11) Existe algum trabalho de apoio a estas crianças e suas famílias? Caso negativo, pretendem implementar? Em caso positivo, quais seriam estes trabalhos e se eles apresentam resultados satisfatórios?

## Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

#### Título do Projeto:

**A PERCEÇÃO DOS EDUCADORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, SOBRE O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA VIDA E NA APRENDIZAGEM DOS FILHOS DE MULHERES VITIMADAS.**

#### Orientadora da Pesquisa:

**Nome:** Karla Maria Damiano Teixeira

**Departamento:** Departamento de Economia Doméstica – Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica – Universidade Federal de Viçosa.

**Telefone:** (31) 3899-1632

**E-mail:** [kdamiano@ufv.br](mailto:kdamiano@ufv.br)

#### Mestranda:

**Nome:** Andréia de Lana Costa

**Departamento:** Departamento de Economia Doméstica – Universidade Federal de Viçosa.

**Telefone:** (31) 98864-7687

**E-mail:** [andreialana@veloxmail.com.br](mailto:andreialana@veloxmail.com.br)

A Escola Estadual “Raul de Leoni”, a Escola Estadual “Professor Pedro Gomides Filho” e a Escola Estadual “Santa Rita de Cássia” foram selecionadas e estão sendo convidadas para participarem do Projeto de Pesquisa intitulado acima. Todas as informações sobre a pesquisa serão descritas abaixo.

Esse estudo objetiva analisar como a violência doméstica presenciada pelos filhos das vítimas afeta o curso de seu desenvolvimento socioemocional e seus padrões comportamentais e faz parte de um “Projeto Maior” realizado pela Universidade Federal de Viçosa, onde a pesquisa está sendo realizada nos municípios de Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa, localizados na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais.

Os nomes e números de contato dos pesquisadores são:

Coordenadora: Karla Maria Damiano Teixeira. Telefone: (31) 3899-1632

Membro da equipe: Maria das Dores S. de Loreto. Telefone: (31) 3899-2432

Membro da equipe: Neuza Maria da Silva. Telefone: (31) 3899-1635

Mestranda: Andreia de Lana Costa (31) 98804-7687

Graduanda: Tiffany Monteiro de Oliveira Mishima (31)8321-3030

Esclarecemos que a participação dos profissionais dessa instituição é voluntária. As entrevistas serão realizadas individualmente, mediante autorização. Com a permissão dos participantes, os depoimentos serão gravados e as citações diretas, utilizadas para propósitos de publicação.

A pesquisa é relevante para ampliar o conhecimento no que se refere à violência doméstica e familiar, contribuindo para a elaboração e, ou, o ajuste das políticas públicas existentes que concorram para a melhoria da qualidade de vida das vítimas e de seus filhos. Nesses termos, conhecer em profundidade e de maneira ampla a questão da violência doméstica permite sensibilizar as autoridades para a efetiva implementação de políticas públicas que coíbam as práticas de violência doméstica e diminuam a desigualdade de gênero.

Os pesquisadores evitarão riscos para os participantes, sendo suas respostas tratadas de forma anônima e confidencial. Os indivíduos possuem o direito de deixar de responder qualquer pergunta ou interromper a qualquer momento a entrevista, sem lhe trazer nenhuma penalidade. Em nenhum momento será revelada a identidade do participante da pesquisa. Quando for necessário exemplificar alguma situação, se fará com nomes fictícios a fim de preservar a sua identificação.

Essa pesquisa não oferece danos à saúde do pesquisador, e também não oferecerá danos à saúde do entrevistado.

Atenciosamente.

---

Karla Maria Damiano Teixeira  
(Orientadora)

---

Andreia de Lana Costa  
(Mestranda)